

Aos 18 anos, FNMA discute novo modelo de financiamento ambiental



Foto: Fernando Tangiba

Levantamento inédito mostra onde estão sendo investidos os recursos de um dos mais importantes órgãos públicos de financiamento ambiental do país. São R\$ 119 milhões em projetos de preservação, uso sustentável dos recursos naturais e apoio à sustentabilidade das comunidades em todo o território nacional.

Aos 18 anos, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) propõe um desafio: criar um novo modelo de financiamento ambiental para o Brasil enfrentar as próximas décadas.

(PÁGS. 4 e 5)

FNMA investe R\$ 31 milhões em assistência técnica para extensão florestal

FNMA aplica R\$ 31 milhões do Programa Nacional de Florestas/MMA para apoiar projetos de desenvolvimento rural sustentável, assistência técnica e extensão rural em atividades florestais para agricultores familiares. **(PÁG. 8)**

Sai o resultado da eleição para o Conselho Deliberativo do FNMA

A eleição dos novos membros do Conselho Deliberativo do FNMA teve a mais expressiva participação dos últimos anos. Das 450 instituições registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA), 32 por cento votaram. Isso significa quase o dobro dos eleitores do último pleito, em 2004. **(PÁG. 7)**



Financiamento público ajuda a combater voçorocas

O FNMA ajuda a transformar em solução aquilo que é considerado como um dos grandes problemas ambientais relacionados à degradação do solo com o financiamento do projeto "Tecendo a Rede Voçorocas". **(PÁG. 3)**

Patrimônio das comunidades pesqueiras tem apoio do FNMA

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) colabora para resgatar o patrimônio biológico e cultural brasileiro associado à pesca artesanal. A um só tempo, o FNMA ajuda a preservar a biodiversidade e as boas práticas de pesca, muitas delas herdadas dos grupos indígenas que habitavam o litoral e o interior do país e que ainda hoje caracterizam o modo de vida de algumas comunidades tradicionais. Já foram investidos cerca de R\$ 7 milhões em 26 projetos de apoio às comunidades de pescadores artesanais em todo o território nacional.

Os recursos são aplicados no fortalecimento das comunidades e em projetos de pesquisa que garantem a sustentabilidade da pesca artesanal. Com isso, as comunidades conseguem criar e manter associações, elaborar e executar planos de manejo. Os recursos também servem para estimular alternativas econômicas para o período de defeso — quando a pesca fica suspensa para que possa haver a reprodução dos peixes e crustáceos.

De acordo com a coordenadora do Núcleo de Gestão Pesqueira Compartilhada, Ylara Almeida Pinto, muitos pescadores artesanais também conseguem iniciar ou retomar os estudos. Em muitos casos, diz ela, as comunidades têm a chance de serem iniciadas ao universo digital por meio de programas de inclusão.

Organização

De acordo com Ylara Almeida, o diferencial dos projetos de gestão compartilhada da pesca e a participação da comunidade. Ela cita exemplos em que os pescadores, juntamente com especialistas e os órgãos ambientais, conseguiram mudar a própria realidade. “Por meio das

Foto: Divulgação



Guaraqueçaba: Pescadores recuperam boas práticas e preservam a cultura local.

iniciativas de apoio, os pescadores são considerados agentes centrais do processo de gestão”, diz ela.

Foi o que ocorreu na Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, no sul da Bahia. Lá, existem cerca de 500 extrativistas em nove comunidades que passaram a experimentar uma nova realidade. O projeto beneficia diretamente 1.750 pessoas. Por meio do financiamento do FNMA no valor de R\$ 196 mil, foi possível rever e adaptar o plano de manejo da Resex e criar novas organizações de pescadores.

Segundo Ylara Almeida, a região experimenta agora práticas socioecológicas para o manejo participativo. Os pescadores ajudam a formular um banco de dados para nortear as futuras ações. Com ajuda das mulheres dos pescadores, o projeto está conseguindo proteger os meios de vida e a cultura das populações locais, além de influir nas políticas públicas para o setor.

No Complexo Estuarino-lagunar Cananéia e Ilha Comprida, no litoral paulista, cerca de R\$ 800 mil destinados pelo FNMA

estão sendo usados para tornar viável a maricultura do mexilhão (*Perna perna*) na ilha do Cardoso. Os recursos também servem para realizar o levantamento de dados sobre a pesca na região, a criação de um sistema de fiscalização ambiental regional e o fortalecimento da participação dos moradores tradicionais na gestão da área.

A inclusão das comunidades no contexto da sustentabilidade da coleta de caranguejos e mariscos no município de Curuçá, no Pará, é outro exemplo dos benefícios socioambientais que o FNMA consegue fazer chegar a comunidades que viviam distanciadas das políticas públicas aplicadas ao setor da pesca artesanal.

Com 48 comunidades e um total de três mil famílias, a Reserva Extrativista de Curuçá está se tornando um modelo para o Norte do país na mobilização social. A criação de um Conselho Deliberativo para reserva, a produção de dados, a elaboração de material didático e de divulgação são algumas das ações que estão ajudando a mudar a perspectiva de vida dos pescadores locais.

Com financiamento, grandes erosões deixam de ser problema

O Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) está ajudando a transformar em solução aquilo que é considerado como um dos grandes problemas ambientais relacionados à degradação do solo. Por meio do financiamento do projeto “Tecendo a Rede Voçorocas”, o FNMA investirá até 2008 cerca de R\$ 350 mil na mobilização, capacitação, integração e articulação de comunidades atingidas pelos impactos das voçorocas (fenômeno que caracteriza o último estágio de processos erosivos provocados pelo mal uso do solo). O trabalho ocorre na região das bacias hidrográficas do Alto Rio Grande e do Rio das Mortes, em Minas Gerais.

“O projeto tem importante papel de resgate do saber popular, promoção e difusão do conhecimento técnico-científico”.

Com implantação de áreas demonstrativas de recuperação ambiental e a difusão em rede de tecnologias adequadas, o projeto redefine na região as relações de uso do solo, da água e o papel da sociedade. A consolidação da rede prioriza o intercâmbio e a atuação conjunta entre 27 municípios. Serão beneficiadas diretamente cerca de 8 mil pessoas e outras 54 mil de forma indireta.

“O projeto surgiu de uma demanda comunitária voltada à rever-

são dos problemas ambientais e à inclusão dessas comunidades no âmbito da informação especializada” disse o coordenador do projeto, Vinícius Martins Ferreira.

O projeto, apresentado pela prefeitura de Nazareno (MG), foi considerado de grande relevância porque propõe uma abordagem metodológica simples e eficiente para controle e reversão das voçorocas. Além disso, o projeto apóia processos de gestão participativa. Nos últimos anos, a prefeitura de Nazareno recebeu vários prêmios pela iniciativa frente ao problema.

“O diferencial do Tecendo a Rede Voçorocas é a sua inserção social, que se deve ao trabalho histórico desenvolvido na região. Nesse sentido, o projeto tem importante papel de resgate do saber popular, promoção e difusão do conhecimento técnico-científico”, avalia Simone Gallego, coordenadora do Núcleo Sociedades Sustentáveis, do FNMA. Segundo, ela, a rede deverá gerar um “efeito dominó” na região ao transformar o problema das voçorocas em fator de aglutinação socioambiental.

Os recursos investidos pelo FNMA são aplicados em recursos humanos, seminários, cursos e Educação Ambiental, diagnóstico socioambiental e visitas ao laboratório de recuperação de voçorocas, no município de Nazareno. O financiamento também auxilia no desenvolvimento de atividades de recuperação ambiental, incluindo produção de mudas, coleta de sementes nativas e recuperação de voçorocas.

Foto: Divulgação



Ações de contenção têm o apoio da comunidade.

Foto: Divulgação



Mutirões ajudam a conter erosão.

Foto: Divulgação



Educação ambiental leva estudantes para conhecer o problema “por dentro”.

Levantamento mostra investimentos do FNMA em todo o país

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) completa 18 anos considerado um dos mais importantes agentes públicos do financiamento ambiental no Brasil. Levantamento inédito realizado pelo FNMA mostra que, no período de 2003 a 2006, foram assinados 348 convênios com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

Isso significa investimentos de cerca de R\$ 119 milhões em projetos de preservação e uso sustentável dos recursos naturais e apoio à sustentabilidade de comunidades em todo o território nacional.

O investimentos do período se deram por meio de ações do próprio FNMA e de parcerias com cinco ministérios e autarquias vinculadas ao governo federal.

Internamente, o fundo opera recursos por meio dos mecanismos de Demanda Induzida (quando o FNMA orienta a demanda do investimento) e Demanda Espontânea (quando a sociedade sugere ao fundo uma ação específica).

Nos últimos quatro anos, a Demanda Induzida tem sido a maneira prioritária para seleção e apoio aos projetos. Do total de 348 convênios, 287 (82%) foram assinados com base na indução das demandas, segundo as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente. Os convênios restantes (18%) referem-se às solicitações diretas da sociedade.

Esses números significam que os recursos foram investidos em ações como a elaboração de Agendas 21 Locais; fortalecimento da gestão ambiental nos municípios da Amazônia Legal; proteção de nascentes e matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; assistência técnica e extensão florestal para a agricultura familiar; gestão participativa de Unidades de Conservação; Educação Ambiental e

conservação e manejo da biodiversidade.

O recorte territorial das ações do FNMA no período de 2003 a 2006 inclui todos os biomas brasileiros. Os que receberam os maiores investimentos em recursos financeiros e número de convênios assinados foram a Mata Atlântica e a Amazônia, seguidos pelo Cerrado e a Caatinga. As regiões que mais tiveram convênios assinados foram, respectivamente, o Sudeste, com recursos de cerca de R\$ 40 milhões; o Norte (R\$ 24 milhões), o Nordeste (R\$ 25 milhões), o Centro-Oeste (R\$ 13 milhões) e o Sul (R\$ 17 milhões). Todas as unidades da federação foram beneficiadas com as ações do FNMA.

No período avaliado, o maior número de projetos e convênios assinados com o FNMA se deu em parceria com as instituições privadas sem fins lucrativos. Foram 193 parcerias firmadas com esse

segmento e que representam 55% do total. As instituições municipais aparecem no levantamento com 101 convênios assinados (35%); as estaduais com 28 convênios (8%) e as federais com 6 (2%).

Relação com a sociedade

A assinatura de convênios com o FNMA segue um rito aberto a toda a sociedade. O principal mecanismo de relação com o fundo se dá por meio dos editais publicados regularmente, buscando atender à implementação das políticas públicas para o setor ambiental contempladas nos Planos Plurianuais. Os projetos apoiados pelo FNMA passam por um processo de seleção pública. São considerados os aspectos técnico, financeiro, de capacidade institucional e da previsão dos resultados esperados.

Foto: Fernando Tatagiba



Conselho Deliberativo

A participação social na definição dos rumos do FNMA é uma característica da instituição. Tal participação se dá por meio do Conselho Deliberativo, que tem entre suas atribuições a aprovação dos projetos encaminhados pela área técnica. O conselho é composto por 17 membros. A partir de 2006, o conselho atingiu a paridade entre governo e sociedade: três representantes do MMA, dois do Ibama, um da Agência Nacional de Águas e um do ministério do Planejamento. A Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) representam, respectivamente, os governos estaduais e municipais no âmbito do conselho.

A sociedade civil também participa do órgão por meio de cinco entidades ambientalistas representantes das regiões geográficas do país e também do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (FBOMS).

Capacitação cria novos cenários para os fundos socioambientais

O FNMA realizou no mês de Junho em Boa Vista (RR) o quinto e último seminário da capacitação dos 21 fundos socioambientais participantes da experiência-piloto de formação de gestores e representantes da sociedade civil. O objetivo da capacitação iniciada em 2005 era fortalecer os fundos e torná-los aptos para o financiamento ambiental. Ao encerrar o projeto-piloto, abrem-se novos cenários para os fundos socioambientais de todo o país.

Participaram da capacitação o fundo do Distrito Federal, cinco fundos estaduais e quinze municipais. Os representantes dessas instituições foram capacitados em seminários presenciais e eventos a distância por meio da plataforma desenvolvida pelo ministério da Educação, além de videoconferências com o apoio do Banco Mundial.

A experiência resultou na publicação **Fortalecimento de Fundos Socioambientais: Experiências e Perspectivas**, disponível no site www.mma.gov.br/fnma rede de fundos. O site oferece também conteúdos gratuitos com temas relacionados aos fundos socioambientais, oportunidades de financiamento ambiental e notícias.

Na prática

Alguns fundos, que antes existiam apenas no papel, passaram a operar recursos para financiar ações ambientais. É o caso do Fundo Único de Meio Ambiente de Montes Claros (Fama), que lançou este ano

o seu primeiro edital. O Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo (SP) também adquiriu mais vigor a partir da capacitação e lançou uma série de editais. O mais recente destina R\$ 2,3 milhões para o município. O Fundo Único de Meio Ambiente de Natal se prepara para lançar os primeiros editais.

A capacitação também teve efeito multiplicador. Cerca de 8.500 pessoas em todo o país foram direta e indiretamente beneficiadas com a ação. Só em Natal, a parceria entre o fundo local e o governo do estado ajudou a sensibilizar gestores de 136 municípios no Rio Grande do Norte. A revisão do Marco Legal dos fundos de Santa Catarina, Tocantins, Boa Vista, Vitória da Conquista, Campo Grande, Foz do Iguaçu, São Paulo e Fortaleza também foi resultado da capacitação.

Sistema de financiamento

A experiência-piloto lançou as bases para a criação da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, formada a partir dos fundos participantes da capacitação. A rede foi lançada em Junho do ano passado com o apoio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) e Banco Mundial.



Seminário em Boa Vista (RR) encerra a experiência-piloto na capacitação dos fundos.

Foto: Fábio Melo



Futuro sustentável para o Vale do Ribeira

Considerada uma das mais relevantes áreas de interesse socioambiental do país, o Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, prepara-se para implantar seu Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável. O Vale possui remanescentes contínuos de Mata Atlântica e comunidades tradicionais com importante acervo cultural. No entanto, a região apresenta baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Para reverter esse cenário, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) investe desde 2004 cerca de R\$ 750 mil para elaborar o plano de desenvolvimento territorial. Setenta por cento dos recursos foram gastos na sua elaboração. O restante foi investido na implementação de projetos prioritários, definidos durante o processo de elaboração do plano. A articulação se dá por meio dos ministérios do Meio Ambiente, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

(Idesc) foi a entidade indicada pelo Fórum do Conselho de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local CONSAD/VR para coordenar a elaboração e a implantação de projetos prioritários aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente. Na fase de elaboração, o Idesc usou a metodologia da Agenda 21 desenvolvida pelo MMA, que garante ampla participação social na definição das bases do desenvolvimento para a região. O projeto envolve 32 municípios. Vinte e cinco deles estão no estado de São Paulo e sete no Paraná.

“A ausência de um plano de desenvolvimento era o principal problema da região. O trabalho desenvolvido entre governo e sociedade garante a profundidade e a abrangência da articulação”, afirma Luis Antônio Valois, coordenador de Núcleo Planejamento e Gestão Territorial do FNMA.

Participativo

Segundo Valois, o projeto desenvolvido no Vale do Ribeira desencadeou

um amplo processo participativo, envolvendo diversos segmentos da sociedade civil e os diferentes níveis de governo para a elaboração, discussão, pactuação e validação do Plano de Desenvolvimento.

O projeto incentivou reuniões, realizou oficinas de capacitação, conferências microrregionais, seminários temáticos, além de uma conferência para a discussão do documento-base do plano, elaborado a partir da síntese do diagnóstico regional. A população também tem sido esclarecida por meio de ações de comunicação.

O trabalho garantirá as condições necessárias para a participação dos líderes e representantes das instituições nos processos de tomada de decisão sobre a gestão territorial. Buscará também estruturar, fortalecer e ampliar a capacidade de articulação e ação do CONSAD-VR juntamente com o fórum de desenvolvimento dos municípios paranaenses inseridos no território.



FNMA financia projetos de resíduos sólidos

Levantamento feito pelo Núcleo Qualidade Ambiental do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) mostra que o órgão tem papel importante na solução de um dos mais graves problemas ambientais urbanos do país: a coleta e destinação adequadas de lixo urbano e industrial. O núcleo apóia atualmente 87 projetos que incentivam o correto gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos e que contribuem para a implementação de políticas municipais.

Para os temas relacionados aos resíduos urbanos, o FNMA investe R\$ 4,1 milhões. Na área de resíduos industriais são mais R\$ 2,4 milhões aplicados em várias regiões com a parceria de instituições como a Caixa Econômica Federal. Os projetos orientam o desenvolvimento sustentável das comunidades e a busca de soluções ambientalmente seguras para os problemas decorrentes da geração de resíduos, inclusive aqueles considerados perigosos (corrosivos, radiativos e tóxicos).

Os recursos são investidos na implementação de aterros sanitários, uso de tecnologias ambientalmente saudáveis, destinação de resíduos industriais, Educação Ambiental e organização de associações de catadores.

Financiado pelo FNMA por meio do Centro de Estudos e Apoio a Comunidades (Cedecom), o projeto Catadores da Dignidade conseguiu transformar a vida de 62 pessoas que viviam da catação direta no lixão dos municípios de Camaragibe e São Lourenço da Mata, na região Metropolitana do Recife (PE). A partir do convênio assinado entre o FNMA e o Cedecom, os ex-catadores se tornaram 'profissionais' da reciclagem. Eles deixaram o dia-a-dia do lixão para trabalhar na coleta seletiva em bairros, escolas, comércio e repartições públicas dos dois municípios.

Além de comercializar o material reciclável, eles também produzem peças de artesanato que estão se tomando o objeto de desejo dos consumidores conscientes. No aeroporto, em Recife, a loja com os produ-

tos dos ex-catadores tornou-se a atração na Semana do Meio Ambiente deste ano (foto).



Efeito estufa

Outra linha de ação do FNMA é o apoio a projetos para a diminuição dos gases do efeito estufa (GEE). Um deles está no Semi-Árido nordestino. Por meio de projeto financiado com recursos da cooperação técnica Brasil-Holanda e que beneficiou cerca de 200 famílias e escolas públicas na região da Serra do Araripe (CE), o FNMA ajudou a instalar ecofogões em escolas e residências. A tecnologia reduz o consumo da lenha e a emissão de fumaça dentro das casas.

Aumenta participação na escolha de conselheiros do FNMA

A escolha dos novos membros do Conselho Deliberativo do FNMA realizada em Junho deste ano teve quase o dobro dos eleitores em relação ao último pleito, em 2004. Das 450 instituições registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA), 32 por cento votaram. Além da

articulação política que se fez em todas as regiões do país, o aumento na participação das entidades deve-se também ao sistema eletrônico de votação desenvolvido pela Coordenadoria de Informática do FNMA.

De acordo com o presidente da comissão eleitoral, Écio Rodrigues, o sistema

eletrônico revelou também a necessidade de atualização do cadastro de entidades ambientalistas, o CNEA. Segundo ele, a existência de endereços desatualizados impediu que a participação das entidades ambientalistas fosse ainda maior.

Écio Rodrigues sugeriu ainda a revisão das normas que estabelecem os prazos para a eleição dos conselheiros. Ele explica que a resolução que rege o processo eleitoral do conselho foi concebida para a votação por meio de cédulas eleitorais de papel, que exigiam prazos largos para a operacionalização dos votos. "Com o sistema informatizado, aqueles prazos deixam de fazer sentido, já que a eleição agora ocorre de modo mais rápido, seguro e transparente", disse.

Região	Entidades eleitas em 2007	UF
Centro-Oeste	1ª - Instituto para o Desenvolvimento Ambiental - IDA	DF
	2ª - Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação - Ecodata	GO
Nordeste	1ª - Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - Aspan	PE
	2ª - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas - Caatinga	PE
Norte	1ª - Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé	RO
	2ª - Instituto de Preservação do Meio Ambiente e de Recursos Naturais da Amazônia - IPRAM	AM
Sudeste	1ª - Grupo de Defesa Ecológica - Grude	RJ
	2ª - Movimento Verde de Paracatu - Mover	MG
Sul	1ª - IGRÉ - Associação Socioambientalista	RS
	2ª - Instituto Socioambiental Arindiana Jones	PR

FNMA investe R\$ 31 milhões em assistência técnica para extensão florestal

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) aplica R\$ 31 milhões do Programa Nacional de Florestas/MMA em projetos de desenvolvimento rural sustentável, assistência técnica e extensão rural em atividades florestais para agricultores familiares. A ação se dá por meio do programa Pronaf Florestal, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Já foram assinados 36 convênios em projetos na Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. A Amazônia será contemplada com R\$ 16 milhões. O Pronaf Florestal beneficia atualmente cerca de 12 mil agricultores em 361 municípios.

O programa possibilita a formação de agentes multiplicadores em técnicas de plantio e manejo adequado dos recursos naturais, com ênfase na produção florestal. A assistência técnica e a extensão rural nas atividades florestais prepara os agricultores familiares e assentados da reforma agrária para a obtenção de financiamentos para o manejo florestal sustentável, sistemas agroflorestais, silvicultura e adequação ambiental das propriedades.

A importância da aplicação dos recursos do Pronaf Florestal pode ser percebida em regiões como o Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo, onde a degradação florestal resultante de séculos de exploração insustentável começa a ser revertida com ajuda dos sistemas agroflorestais.

Na região, os agricultores recuperam as reservas legais dos assentamentos. Além de fornecer produtos agrícolas para as famílias no início da recuperação, a agrofloresta conecta as áreas floresta-



Em São Jerônimo da Serra (PR), agrofloresta recupera áreas degradadas.

das. Os agricultores também implantam viveiros comunitários para a produção e distribuição de essências florestais nativas. O trabalho no Pontal do Paranapanema é desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Com os recursos do FNMA, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) dá assistência técnica para agricultores familiares e assentados com o objetivo de realizar a transição agroecológica de cerca de 500 pequenas propriedades rurais no estado do Paraná. Algumas delas tornaram-se referência nas práticas agroflorestais.

Multiplicadores

Além da assistência técnica, os projetos implementados na Caatinga e no

Cerrado também incluem a formação de cerca de dois mil agentes multiplicadores em técnicas de manejo dos recursos naturais e educação ambiental. Entre eles, os que atuarão na bacia hidrográfica do rio Xingu. A região está incluída no Arco do Desmatamento e concentra cerca de 30 por cento do desmatamento em território nacional. Nos projetos a serem implementados na Amazônia, deverão ser formados mais 8 mil agentes multiplicadores.

“Trata-se de uma política pública para a assistência técnica para os agricultores familiares que incorpora a extensão florestal em sua perspectiva. Isso é relativamente novo no Brasil” explica Estela Dalpim Castellani, coordenadora do Núcleo Água e Florestas do FNMA .

Centros preservam diversidade agrícola em assentamentos da reforma agrária

Os assentamentos da reforma agrária localizados nos municípios de Candiota e Tupaciretã, no Rio Grande do Sul, estão entre os contemplados com iniciativas de resgate de sementes crioulas, conservação da agrobiodiversidade e a promoção da segurança alimentar desenvolvidas pelo projeto Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs).

Resultado da parceria entre os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o projeto é executado com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Até o momento ambos investiram R\$ 2,5 milhões para implementar os projetos localizados nas cinco regiões brasileiras.

Com o investimento nas comunidades, espera-se fortalecer a organização social e o desenvolvimento de capacidades para o uso sustentável e a conservação da agrobiodiversidade das principais variedades crioulas de espécies agrícolas conservadas por agricultores familiares e povos indígenas.

O projeto prevê ainda que as experiências obtidas nos assentamentos selecionados para implementação dos centros sejam reproduzidas em assentamentos vizinhos para ampliar o número de agricultores beneficiados.

As atividades do projeto se concentram na formação e capacitação de agricultores, técnicos e lideranças locais e na implantação de módulos de atividades demonstrativas e comunitárias. Plantas medicinais, produtos fitoterápicos, sistemas agroflorestais, manejo agroextrativista e produção animal alternativa estão entre as principais linhas de ação desenvolvidas pelo projeto.

Foto: Divulgação



Cultivares ameaçadas de desaparecer voltam à mesa dos agricultores nos assentamentos do Rio Grande do Sul.

Centros de referência de irradiação e manejo de agrobiodiversidade em assentamentos da reforma agrária, os CIMAs têm o objetivo de desenvolver ações relacionadas à agricultura familiar e à preservação da biodiversidade agrícola. Com isso, estão sendo recuperadas sementes que estavam ameaçadas de extinção.

Preservadas, as sementes se tornam a garantia de que no futuro as variedades cultiváveis estarão disponíveis para o uso das comunidades. Uma das metas do projeto CIMAs é estabelecer a Rede Nacional de Sementes Crioulas a partir das espécies que já estão sendo recuperadas.

Municípios com projetos implantados	UF
Candiota e Hulha Negra	RS
Tupaciretã	RS
São Miguel do Iguaçu	PR
Teodoro Sampaio e região do Pontal do Paranapanema	SP
Ribeirão Preto e Serrana	SP
São Mateus e região norte do Espírito Santo	ES
Campestre, Guapo e Palmeira de Goiás	GO
Água Branca, Ouro Branco e Pariconha	AL
Mossoró	RN
Itapipoca e Tururu	CE
Açailândia, Gov. Edison Lobão e Igarapé do Meio	MA

Municípios que receberão os CIMAs	UF
Anchieta	SC
Abelardo Luz	SC
Cantagalo	PR
Sidrolândia	MS
Cap. Enéas, Montes Claros e Pirapora	MG
Campinorte, Crixás, Divinópolis, Goiás, Itaberaí Niquelândia e Uirapurur	GO
Petrolândia	PE
Patos, São José de Espinharas e Teixeira	PB
Acauã, Germaniano, Jacobina, Paulistana e Queimada Nova	PI
Santarém e Brasil Novo	PA
Eldorado dos Carajás, Marabá e São Félix	PA

Biólogas do projeto mico-leão-dourado ganham prêmio Bruno H. Schubert

A diretora da Associação Mico Leão Dourado (AMLD), Denise Rambaldi e a bióloga de campo do projeto, Andréia Fonseca Martins receberam no mês de Junho, em Frankfurt, na Alemanha, o prêmio o Prêmio Bruno H. Schubert. Há 25 anos, o prêmio destaca o trabalho de estudantes, pesquisadores e cientistas que colaboram para a preservação do meio ambiente no planeta. Entre os ganhadores, figura o francês Jacques Cousteau, premiado em 1983. Graças ao trabalho da AMLD, coordenado por Rambaldi, o mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) tornou-se a bandeira da defesa ecológica no Brasil.

Na década de 1970, a população da espécie, endêmica da Mata Atlântica, havia caído para cerca de 200 indivíduos. Estava perto do fim. A primeira iniciativa para salvar a espécie da extinção ocorreu em 1972. Dois anos depois, criava-se a Reserva Biológica de Poço das Antas, próxima ao município de Cassimiro de Abreu, no Rio de Janeiro onde se encontrava a maior parte da população remanescente. A associação dirigida por Denise Rambal-



Na prefeitura de Frankfurt (Alemanha), brasileiras recebem prêmio no valor de 100 mil euros.

di surgiu no começo dos anos 1990 e teve papel decisivo no destino dos micos-leões-dourados.

A atuação da AMLD conseguiu reverter o declínio populacional do mico-leão-dourado. Hoje, são cerca de 1.400 desses primatas vivendo livres na floresta de baixada costeira do litoral fluminense. Mesmo assim, o mico-leão-dourado ainda é considerado uma espécie ameaçada. A meta é chegar a 2025 com uma popula-

ção de dois mil micos-leões em vida selvagem. Somente com essa marca é que a espécie deixará a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a lista oficial brasileira dos animais ameaçados.

Com o seu trabalho, a Associação Mico Leão Dourado angariou apoio nos cinco continentes e conta com o incentivo de 148 instituições. O Fundo Nacional do Meio Ambiente está entre elas e se orgulha disso.

Correios homenageiam os 18 anos do FNMA

Ao compeltar 18 anos, o Fundo Nacional do Meio Ambiente recebeu uma homenagem da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Um selo comemorativo ao aniversário do FNMA começa a circular a partir deste mês. A imagem é emblemática e traz a bandeira do Brasil e um ipê amarelo, símbolo da biodiversidade que o país abriga e que o FNMA ajuda a preservar por meio do financiamento de projetos ambientais. O selo traz ainda a logomarca do aniversário do FNMA. Um carimbo comemorativo acompanha o selo. Ambos foram lançados oficialmente em audiência pública comemorativa ao aniversário do FNMA realizada no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

